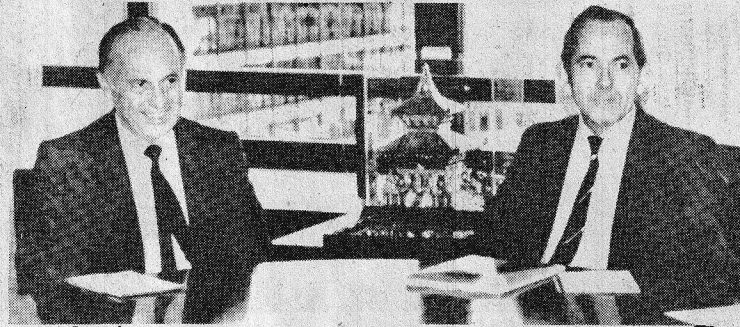
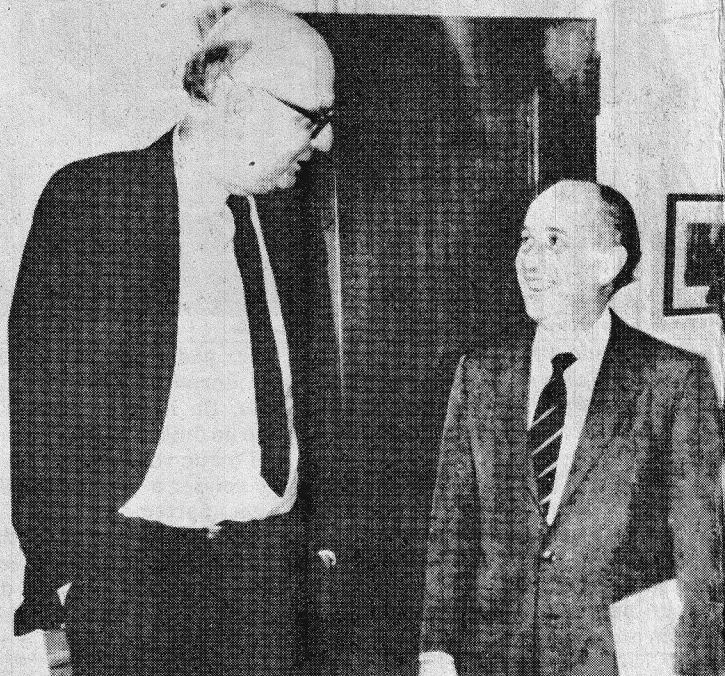




...com Camdessus e com...



...Baker. Mas de todos Bresser ouviu o mesmo não.

Sorrisos com Volcker...

Dívida: Planejamento quer converter US\$ 20 bi. Fazenda acha exagero.

O Programa de Ação Governamental (PAG), elaborado pelo Ministério do Planejamento, estima uma conversão de dívida externa em investimento de risco no montante de US\$ 20 bilhões, para financiar os projetos do governo de 1987 a 1991 — uma média anual de US\$ 5 bilhões, quantia, aliás, considerada exagerada pelos demais setores da área econômica do governo, especialmente o Ministério da Fazenda e o Banco Central.

Embora oficialmente ainda não tenha sido estabelecido um limite máximo para a conversão, pois dependerá essencialmente do encaminhamento da renegociação da dívida externa com os bancos credores, e da forma como se processará a compra do crédito financeiro e como será a aplicação do investimento no País, as estimativas para os próximos quatro anos, consideradas realistas, apontam para números entre US\$ 1 bilhão e US\$ 2,5 bilhões ao ano, ou seja, entre US\$ 4 bilhões a US\$ 10 bilhões até 1991.

Sabe-se que a conversão da dívida em

capital de risco é um dos trunfos do governo para a renegociação da dívida externa. Trata-se, portanto, de uma carta a ser lançada na mesa, no momento certo. Por essa razão, nos contatos que estão mantendo nos Estados Unidos com os credores, as autoridades brasileiras não estão mencionando a questão, respondendo sem detalhes às indagações dos bancos interessados.

O atraso na regulamentação da matéria — há pelo menos um projeto preparado pelo Banco Central, outro pela Comissão de Valores Mobiliários, além de sugestões encaminhadas diretamente ao Palácio do Planalto — é intencional, justamente para permitir ao governo apurar, em toda a sua extensão, o grau de utilização do mecanismo como posição de negociação com os credores externos. Isso significa que, a maior ou menor flexibilidade do sistema, dependerá do rumo que tomarem as negociações e do grau de cooperação dos credores.

Além disso, a conversão enfrenta, internamente, restrições políticas e de natureza

econômica. As restrições políticas ficaram claras quando a Convenção Nacional do PMDB, ao aprovar o documento sobre a economia, incluiu um item, sob inspiração do professor Dércio Garcia Munhoz, mas aceito pelos representantes das diversas facções partidárias que na ocasião examinavam a matéria, condenando explicitamente a prática da conversão.

Já a limitação econômica, reconhecida pelo próprio Banco Central, diz respeito ao impacto monetário que causará o lançamento, no mercado, do contravalor em cruzados dos dólares que ingressarem na reserva externa, em decorrência da conversão. Esse impacto é importante em função de ser o controle da expansão dos agregados monetários — base monetária e meios de pagamento — um dos princípios do Plano Bresser, e tendo em vista que o próprio superávit comercial de US\$ 1 bilhão ao mês já provoca um impacto monetário importante, cujo controle é imprescindível para prevenir expansões exageradas da demanda.